

ADAM SMITH E A EXPLICAÇÃO DO MERCADO COMO ORDEM SOCIAL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-FILOSÓFICA*

Ângela Ganem

Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia

Rua Tiradentes, 17, Ingá, Niterói, CEP 24210-510, RJ, Brasil
e-mail: aganem@radnet.com.br

RESUMO O objetivo do artigo é recuperar a unidade da obra de Adam Smith apontando para uma reconciliação inevitável do autor, da obra e do nascimento da economia com a filosofia. Num primeiro movimento, o texto transita pela história das idéias da modernidade sublinhando as idiosincrasias e dificuldades da ruptura da economia com a filosofia moral. Explora a tensão existente entre a resposta fornecida pelo autor a uma importante questão filosófica dos modernos e a busca pelos fundamentos autônomos da economia. Num segundo movimento, o artigo recupera na História do Pensamento Econômico o chamado *Das Adam Smith Problem*, apresentando as duas teses opostas sobre a obra: a da unidade e a da ruptura. Advogando a unidade da obra, o artigo tece as relações existentes entre a *Teoria dos sentimentos morais* e a *Riqueza das nações*.

Palavras-chave: Adam Smith; economia e filosofia moral; ordem social do mercado, *Das Adam Smith Problem*

ADAM SMITH AND THE MARKET AS SOCIAL ORDER: A HISTORICAL-PHILOSOPHICAL APPROACH

ABSTRACT This paper aims at recapturing the unity of Adam Smith's work, so as to point to the inevitable reconciliation between that author, his work, and the birth of economics, on the one hand, and philosophy on the other. The text dwells first on the history of modern thought, highlighting the idiosyncrasies and difficul-

* Este artigo foi apresentado em uma versão anterior no *I Colóquio de História do Pensamento Econômico*, UFRJ, dezembro de 1998 e no *IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Porto Alegre, junho de 1999. O Colóquio foi organizado em homenagem ao professor Ricardo Tolipan a quem dedico o artigo. Agradeço a Ana Maria Bianchi, Pedro Abramo e João Bosco pelas sugestões e críticas à versão anterior. Os erros e omissões remanescentes são meus.

ties involved in considering the rupture between economics and moral philosophy. It thus explores the existing tension between the answer supplied by Adam Smith to the major modern philosophical questions and the search for the autonomous foundations of economics. Secondly, the paper seeks to reestablish, in the history of economic thought, the so-called *Adam Smith Problem*, putting forward the two opposite theses about his work, i.e. that of unity and that of rupture. Advocating the unity of his work, the paper further dwells on the existing relationships between the *Theory of Moral Sentiments* and the *Wealth of Nations*.

Key words: Adam Smith, economics and moral philosophy, the market as social order, *Das Adam Smith Problem*

INTRODUÇÃO

Adam Smith pensa a ordem social como uma emergência que harmoniza o caos potencial dos interesses individuais e o traduz em bem-estar para a sociedade. Em vez de se chocarem induzindo à guerra hobbesiana ou à paz instável lockiana, os interesses privados são agraciados por uma mão invisível que os orienta para o bem-estar coletivo. Uma solução aparentemente harmoniosa que supõe a dissipação dos conflitos próprios de uma sociedade hierarquizada e dispensa, numa primeira leitura teórica, o príncipe e a moral. Além disso, esta solução consiste numa explicação nada trivial que, utilizando-se de uma metáfora — a mão invisível —,¹ funciona como um operador social. Nesse sentido, o mercado é entendido como algo mais complexo do que um *locus* de troca e a mão invisível como mais do que um simples mecanismo de ajuste automático, representando a própria viabilização da ordem social, seu operador último, sua forma de organização social. E não é por outra razão que a teoria do mercado de Smith se torna inquestionavelmente a matriz teórica da ordem social liberal e a economia passa a ser entendida como essência da sociedade, terreno sobre o qual a harmonia social pode ser pensada e praticada.

A perspectiva do nosso argumento consiste em compreender a solução metodológica smithiana como a palavra final da modernidade para a explicação da lógica dos fenômenos coletivos a partir de uma *démarche* individual. Isto significa uma dupla injunção: entender aquela solução como superior à do contrato e reivindicar para a economia, desde os seus primórdios, a responsabilidade de fornecer, a partir do seu campo, uma resposta para o pensamento filosófico/científico dos modernos. Este olhar para sua obra reafirma a genialidade desse autor inquieto, que a historiografia crítica define como um dos grandes pensadores da modernidade, e a abertura de proposições que sua obra constantemente recoloca para a história do pensamento. Compreender a extensão dessa genialidade, sublinhando sua formação como filósofo, é o que está de certa forma subentendido no decorrer deste trabalho.

O texto foi construído em três movimentos: o primeiro, na história das idéias; o segundo, na história do pensamento econômico; e o terceiro, reconciliando os dois primeiros sob a perspectiva do nosso argumento.

O primeiro movimento trata do debate dos modernos e dos marcos conceituais de uma ciência que nascerá como resposta à mais importante e mobilizadora questão da modernidade: pensar e explicar a sociedade desencantada nos termos weberianos ou auto-instituída, porque repousada e fundada no homem e, portanto, independentemente da explicação divina. Nesta parte retomaremos a questão mobilizadora dos modernos e o diálogo interdiscursivo que foi travado no quadro da história das idéias, no afã de encontrar a melhor solução para a explicação da ordem social.

O segundo movimento recupera, na historiografia do pensamento econômico, a questão intitulada *Das Adam Smith Problem*. Trataremos das duas leituras da obra de Adam Smith e veremos que a unidade entre a *Teoria dos sentimentos morais* (TSM) e a *Riqueza das nações* (RN) é mais um argumento que sublinha a natureza filosófica do autor e os paradoxos e tensões encontrados na busca dos fundamentos da economia política como disciplina autônoma.

O terceiro movimento, conclusivo, sublinha o eixo filosófico de nosso argumento renovado pela historiografia das idéias e do pensamento econômico e aponta para uma reconciliação inevitável do autor, da obra e da economia com a filosofia. Sob a perspectiva de nosso argumento reafirmamos a natureza filosófica do autor, a unidade da obra e o nascimento da economia ligada à moral.

1. A QUESTÃO DOS MODERNOS

O silêncio eterno desses espaços infinitos atemoriza-me.
Pascal

O exercício de voltar ao passado, recuperando o embate travado no campo da história das idéias filosóficas e científicas da modernidade para melhor compreender o nascimento da economia, já foi realizado por inúmeros autores: Dumont (1977), Hirschman (1977), Rosanvallon (1979), Vidonne (1986), Bianchi (1987), Dupuy (1992), Defalvard (1995), Redman (1997), Zanine (1997). Isto para citar apenas alguns dos que retomaram recentemente as bases do nascimento da economia neste quadro de três séculos de história do pensamento humano. Recuperar a historiografia das idéias tem como objetivo sublinhar a questão filosófica e angustiante dos modernos,

entendendo sua radical abertura para o pensamento humano no quadro de idéias da modernidade.

Que leis universais regulam a ordem física? Como explicar a ordem social independentemente da explicação divina, tendo como ponto de partida o indivíduo? Como enfrentar o desencantamento dessa sociedade laica que se constrói por ela mesma e se autogoverna decidindo seu próprio destino? Para responder a esta importante questão filosófica, que envolve uma ruptura com o pensamento teológico-medieval e pretende uma explicação da ordem social fundamentada na *démarche* individual, os sábios modernos a investigaram em três planos teóricos, os três tendo o homem como sujeito do conhecimento, numa tentativa de dessacralização do saber. O primeiro, marcadamente *científico-físico*, é expresso pela Revolução Científica Moderna e tem em Galileu (após Kepler e Copérnico) a expressão da ruptura da ciência moderna e em Newton a sistematização sólida da física clássica. Nesse movimento antropomórfico próprio da modernidade, o homem pretendeu desvelar a partir do seu conhecimento uma natureza velada e mitificada, porque confundida anteriormente com a imagem divina. O homem desvenda nesse processo a ordem física a partir de um método e afirma que o universo é passível de ser decifrado porque escrito em caracteres geométricos. Com isso, ele expulsa os anjos do céu e rompe com a cosmogonia aristotélica,² reafirmando-se como o centro do saber. O segundo plano é marcado pelas questões da *filosofia do conhecimento* e representado, de um lado, por Bacon, que lança as bases da ciência experimental, e de outro pelo sábio da filosofia racionalista moderna, René Descartes, que propõe a matemática como *mathesis universalis* para o conhecimento. A terceira vertente, e a que mais nos interessa diretamente, é a tentativa de compreensão da ordem social pela *filosofia moral e política*. Aqui, o homem enfrentará o desafio maior que é ser, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do conhecimento. Em outros termos, trata-se de interrogar sobre a capacidade potencial do homem de compreender a ordem social e seu fundamento. Inúmeros filósofos trataram dessa instigante questão e procuraram nas paixões humanas a possibilidade de decifrar o homem e construir em bases sólidas uma explicação de por que, em vez de se destruírem, os homens conseguem viver em sociedade. Dentre esses pensadores, escolheremos aqueles que estabeleceram de alguma forma, através de suas obras, diálogo e influência e

até possibilitaram a migração de conceitos de suas áreas para compor o ideário liberal e enriquecer com isso a conceituação adotada por Adam Smith na sua brilhante explicação para a lógica dos fenômenos coletivos. Houve outros, ainda, que exerceram influência pela possibilidade do confronto, desafiando Adam Smith com suas propostas. Todos aqui citados contribuíram para que a questão da modernidade adquirisse em Adam Smith uma versão mais acabada. Cito, entre muitos, os que me chamaram particularmente a atenção: Maquiavel, Locke, Hobbes, Mandeville, Montesquieu e Hume.

Maquiavel (1469-1527) é a primeira tentativa, no campo da política, de ruptura com a explicação divina, apresentando uma teoria política ditada pela práxis de aconselhar o príncipe na difícil tarefa de governar. O radicalismo de seu realismo político se apresenta na idéia de que os povos constituem seus próprios destinos e numa noção de interesse associada a *ragione de stato*, que rompe com a noção de avareza e se associa a um modo esclarecido de governar. (Maquiavel, 1976; Hirschman, 1979; Strauss, 1986). Se a natureza tem paixões, de nada adianta reprimi-las. A solução maquiavélica é mergulhar no realismo da contingência humana, aceitar o homem como ele realmente é e não como os filósofos gostariam que ele fosse. Assim, melhor do que reprimir, é mobilizar paixões e, sobretudo, sublinhar seu caráter instrumental, sua eficácia e utilidade no que diz respeito a fins que se quer alcançar. Maquiavel, ao permanecer no plano da arte de governar, em que o interesse do príncipe aparece confundido com o interesse nacional, foi fiel ao tempo em que viveu, refletindo nas suas inquietações o momento de formação dos Estados Nacionais.

Nosso segundo e grande autor é Hobbes (1588-1679), considerado por muitos como o ponto de partida teórico para a compreensão das bases da sociedade liberal. Dedicando toda a primeira parte do *Léviathan* ao estudo da natureza do homem, Hobbes constrói magistralmente sua demonstração da passagem de um estado de natureza para a sociedade civil através do pacto social, elemento que viabiliza e explica a emergência da ordem social, produzindo uma teoria que é considerada pela literatura crítica social a mais acabada explicação da emergência da ordem pelo contrato. Partindo do homem no seu estado bruto, ignorante, sujo, solitário e movido por paixões destrutivas — como a concorrência, o desejo de glória e a desconfiança —,

o homem, no limite da destruição total, clama pela razão que, associada à paixão construtiva do desejo de vida e da sobrevivência, define o pacto social garantidor dos direitos à vida e da possibilidade de convívio numa sociedade. No limite da destruição, o amor à vida. No conflito morte × vida, a razão coopera com a paixão mais forte, e Hobbes fornece a explicação para a emergência da ordem pelo contrato, o que significa a instauração do Estado e da sociedade a um só tempo, ambos resultados do pacto. A razão, que se alia à paixão da vida e é expressa pela linguagem, ordena e dita as regras geométricas da arte de governar. Com este edifício teórico, as bases axiomáticas da ciência política são definidas, preenchendo, portanto, as condições epistemológicas para o seu nascimento (Hobbes, 1983; Strauss, 1986; Zarka, 1982; Ganem, 1993). O estado liberal, fruto da razão, é o garantidor incondicional do direito à vida.³ Adam Smith fará correções no desejo básico do homem, transmutando-o do desejo de glória fratricida de Hobbes para o desejo do homem de melhorar sua própria condição, através do desejo de ganho. Herdando de Hume a paixão do ganho, ele fundará a sociabilidade, posto que entendida como universal, isto é, comum a todos os homens. Adam Smith plantará no solo da economia esta nova dimensão dos interesses pessoais. Mas o mais importante, no entanto, é que ele entenderá, em toda a extensão e complexidade, a solução da emergência da ordem pelo contrato de Hobbes e tentará responder no mesmo plano teórico ao desafio lançado.

Locke (1632-1704) publica, em 1690, duas obras: o *Ensaio sobre o entendimento humano* e *Dois tratados sobre o governo*. Na primeira, ele expõe uma teoria sensualista e empirista sobre o conhecimento humano e, na segunda, desenvolve a Doutrina da Propriedade, construção teórica indispensável para o ideário smithiano, já que fornece o ponto de partida jurídico-institucional, pré-condição pelo direito para que Adam Smith pudesse pensar a possibilidade de emergência da ordem na sociedade liberal. Locke, como a maior parte dos contratualistas, parte do conceito de um estado de natureza anterior à sociedade. Seu estado de natureza pressupõe “que todo homem é depositário do resto da humanidade e deve fazer respeitar as leis da natureza”. Nestas leis, ele inclui a propriedade e a herança (seu corolário), como partes dos direitos de natureza, somando-as ao direito à vida, à liberdade e à saúde. No estado de natureza, sendo o homem “o senhor de sua própria pessoa e de suas posses”, o exercício do direito particular deveria conduzir

naturalmente à conservação e à felicidade de todos, definida esta última como a possibilidade de salvaguardar a propriedade, condição obtida apenas na sociedade. A propriedade, se salvaguardada e protegida pelo direito, é condição de viabilidade da sociedade e também, a um só tempo, seu fim (*thelos*) e felicidade. Assentando a fonte da propriedade (que se traduz numa acumulação de bens) no trabalho, ele diferencia os homens nas suas qualidades laboriosas, o que definiria uma distribuição desigual dos bens e do seu bem maior, a terra (Bianchi, 1988; Vidonne, 1986). Locke lança as bases do direito da sociedade capitalista e liberal, estendendo e completando o Estado protetor dos direitos à vida de Hobbes (Strauss, 1986). Na sua concepção, os homens entram em sociedade para proteger os bens que adquiriram no estado de natureza, razão pela qual seu estado de natureza não é nem de guerra, como o hobbesiano, nem idílico, como o de Rousseau, mas sim instável, porque se apóia no ponto sensível de uma sociedade hierarquizada e dividida. Adam Smith toma para si a pré-condição da garantia dos direitos de propriedade definidos por Locke como elemento indispensável para pensar sua solução harmoniosa, mas não descarta a tensão e o conflito latentes na sociedade, produzidos pela hierarquização dos homens. Esta questão não resolvida estará presente tanto na *Teoria dos sentimentos morais* como na *Riqueza das nações*, relativizando a idealização harmônica do mercado e reintroduzindo o conflito.⁴

Mandeville (1670-1733), em *The Fable of the Bees*, publicado em 1714, veicula idéias marcadamente modernas, ao mesmo tempo que ironiza a sociedade liberal nascente.⁵ O paradoxo social, apresentado na idéia de que benefícios públicos resultam de ações viciosas, expõe três noções importantes para o ideário e a inteligibilidade da ordem social liberal: (i) explora a noção de mão invisível, articulando a paixão privada do vício ao resultado coletivo do benefício público; (ii) fornece o melhor exemplo para a tese brilhantemente exposta em Hirschman (1977) de que é melhor mobilizar as paixões do que reprimi-las; (iii) finalmente, encarna exemplarmente a filosofia utilitarista, no sentido de que o que se busca é a maior felicidade para o maior número possível de pessoas, apresentando com isto uma visão aséptica da moralidade. Este último ponto levou Dumont (1977) a definir o momento como de ruptura com a moralidade, deixando aberto o caminho para Adam Smith pensar o terreno da economia recortado e livre da moral.

Dentro dessa linha, cito exemplarmente Ely Halévy, no seu livro de 1903, já considerado um clássico da história das idéias, *La Formation du radicalisme philosophique*, em que o autor realça esta linha de continuidade: “Smith retoma a doutrina de Mandeville expondo-a sob uma forma não mais paradoxal e literária, mas racional e científica” (Halévy, 1994). Retornaremos mais adiante a este ponto que considero controverso. Poderíamos adiantar que a discordância em torno da valoração moral de Mandeville sobre paixões supostamente viciosas, como a vaidade, contribuiu para que Adam Smith aprofundasse seu tratado sobre o comportamento humano. Ele retomará este ponto focal na TSM, relativizando a vaidade entre outros vícios e explorando a possibilidade de associá-la ao amor-próprio, fundado no desejo de fazer coisas honradas (Smith, 1997: 534-546). Este amor-próprio, que fará parte integrante dos interesses pessoais, está fundado no julgamento moral, isto é, na aprovação da sociedade, e pertencerá a outro universo conceptual distinto do auto-interesse. Exploraremos na segunda parte deste artigo as tensões existentes entre a moralidade e os interesses pessoais nas duas obras de Adam Smith.

Montesquieu (1689-1755), identificado como um dos precursores do *topos* liberal, na sua obra mestra, *De l'esprit des lois* (1748), foi um dos que melhor sistematizou a idéia da mão invisível, associada a uma forma embrionária de mercado: o comércio internacional entre nações. Na teoria do *doux commerce*, ele defende a idéia de que o comércio suaviza os costumes e promove a paz entre as nações, tese diametralmente oposta à crueza da desigualdade do processo de acumulação primitiva de capital, sublinhada magistralmente por Marx um século depois. O comércio, para aquele autor, não é apenas fator de integração social entre nações, elemento de harmonia como veículo civilizatório polindo costumes das nações bárbaras. Sua segunda idéia de ganhar dinheiro no comércio, como atividade inocente e calma, terá um tratamento mais acabado por Hume, que a associou a uma paixão calma, dando-lhe a previsibilidade e a constância necessárias para se constituir em princípio explicativo universal do comportamento humano. Enquanto Montesquieu influencia indiretamente Adam Smith na idéia de ordem social mediada pela mão invisível, Hume e Hutcheson exercem uma influência direta em Adam Smith na busca do fundamento do homem. É o que veremos a seguir.

Hume (1711-1776) publica aos 28 anos sua obra-prima, *O tratado da natureza humana*, em três tomos: os dois primeiros em 1739, e o terceiro em 1740, quase vinte anos antes da TSM de Adam Smith. É decisiva a influência de Hume sobre Adam Smith. Ambos partilharam na mesma época dos ensinamentos do mestre de Glasgow, Francis Hutcheson.⁶ O estudo do *Tratado* revela um tratamento sofisticado em inúmeras questões de ordem filosófica. Hume oferece solução para algumas questões pendentes no campo da fundamentação do homem, para a explicação da ordem social, retirando o homem do estado de natureza e concebendo-o nos marcos da sociedade civil. Entre outros pontos importantes de sua obra, podemos afirmar que Hume: (i) substitui definitivamente a razão pela paixão na compreensão do comportamento humano: “a razão”, diz o autor, “é e deve ser escrava das paixões”; (ii) elabora um novo tratamento ao dualismo da ética anglo-saxônica e ao princípio das paixões compensadoras, substituindo o altruísmo de Hutcheson (altruísmo × egoísmo) pela simpatia, elemento este que se torna central na sua obra: “Nenhuma qualidade é mais interessante na natureza humana que a nossa propensão em simpatizar com os outros e se comunicar com os seus sentimentos”; (iii) funda a sociabilidade no desejo de ganho comum a todos os homens. “A avareza ou o amor ao ganho é uma paixão universal que age em todos os homens...” Esse desejo de ganho não é apenas um aspecto da natureza, mas uma exigência lógica necessária, a coerência de um mundo no qual a sociabilidade procede dos indivíduos. O desejo de melhorar de condição, expresso anteriormente em desejo de poder, passa para o desejo de ganho ou de melhorar sua própria condição; (iv) articula, como Locke, o desejo do homem ao trabalho, sendo este “a única maneira do homem obter coisas”. O homem, além de um ser do desejo, é também um ser de necessidade, e a sociedade aparece para Hume com um meio útil de obter certos fins, realizando desejos e resolvendo necessidades; (v) explora uma questão importante da filosofia moral, que é o sentimento e o julgamento de aprovação, estabelecendo a necessidade de uma análise comportamental que leve em conta as relações intersubjetivas. Sua idéia de que “os espíritos dos homens são espelhos uns para os outros” enriquecerá a noção de sujeito smithiano (Dupuy, 1992), exigindo tratamento mais sofisticado do que a míope identificação desse agente ao homem econômico racional, erro que muitos autores de História do Pensa-

mento Econômico cometeram, influenciados pela apropriação indevida de Adam Smith feita pelos neoclássicos.

A partir da trajetória desses autores, estamos com todos os elementos para construir a inteligibilidade dessa ordem dessacralizada, como Adam Smith o fez, tendo em vista essa radical abertura para os modernos. Tendo como pré-condição o direito liberal, que garante o direito à vida, à liberdade e à propriedade (tomados de Hobbes e Locke), a ordem social estaria assentada no seu fundamento último: o indivíduo e suas paixões mobilizadoras. Estas paixões não estariam mais associadas ao desejo de poder e glória (Hobbes, Montesquieu), mas transmutadas na paixão de ganhar dinheiro, de acumular infinitamente, de comprar toda sorte de mercadorias, e sedimentariam o interesse privado da busca constante de melhorar sua própria condição (Hume). Esta paixão calma, estável e universal, no sentido de ser comum a todos os homens, estaria livre das idéias de vício e de pecado (Mandeville) e teria como grande aliada a razão expressa na previsibilidade e na prudência. No segundo plano, teríamos um operador, a mão invisível, que, substituindo o legislador, permitiria que a busca desses interesses não resultasse na guerra (Hobbes), mas na paz, expressão do interesse coletivo realizado. O mercado, como fator de integração social, atinge todos os planos e, superando o comércio entre nações (Montesquieu), se traduziria no próprio mecanismo de organização da sociedade liberal. A mão invisível, em substituição ao legislador, se tornaria, portanto, o operador último dessa nova ordem social. Esta adquiriria autonomia explicativa nos fundamentos do indivíduo e descartaria para a explicação de sua emergência o contrato social (Hobbes).

Retenhamos, portanto, este ponto de abertura, entendamos que se trata de um desafio muito maior do que a historiografia apressada nos quer impor e mergulhemos no autor mais lido e discutido da História do Pensamento Econômico. Farei uso do debate em torno de *Das Adam Smith Problem*, não apenas para retomar a questão da unidade ou não de sua obra, como também para mostrar que o fio condutor filosófico revela as questões cruciais subentendidas por trás do debate. Que a leitura cuidadosa da obra de Smith e as múltiplas reflexões sobre ela constantemente renovadas no tempo testemunhem não apenas a sua riqueza, mas também a natureza filosófica do autor, recolocando em outras bases a discussão sobre o nascimento da economia.

2. DAS ADAM SMITH PROBLEM

Cada faculdade do ser humano é a medida com a qual ele julga a faculdade do outro [...] Julgo seu ódio pelo meu ódio, sua razão pela minha razão, seu amor pelo meu amor. Não tenho e não posso ter outra forma de julgar.

Adam Smith, TSM

Das Adam Smith Problem foi o nome dado pela escola histórica alemã à questão da relação entre a *Teoria dos sentimentos morais* (TSM), publicada em 1759, e a *Riqueza das nações* (RN), publicada em 1776. A partir desse marco, duas teses disputaram a verdade sobre a obra de Adam Smith, a primeira tese definindo uma ruptura na sua trajetória intelectual e, portanto, na obra, e a segunda defendendo sua unidade.

2.1 Primeira tese: ruptura ou mudança de enfoque

Um dos debates em HPE que mais mobilizou teóricos e historiadores do pensamento e das idéias⁷ aparece pela primeira vez no argumento elaborado pela escola histórica alemã de que existiria entre a TSM e a RN uma ruptura radical. Foi assim que Roscher (1843), seguido de Hildebrand (1848), Knies (1853) e depois Shmoller (1870) marcaram uma posição crítica com relação à concepção extrema do liberalismo, proposta pela escola de Manchester. Esta defendia o *laissez-faire*, sugerindo que a perseguição dos interesses individuais egoísticos resultaria sempre em harmonia. Knies, que foi mais longe, acusa o próprio autor Adam Smith de ter confundido os dois instintos que estão por trás do interesse privado. Nesse interesse, coexistiriam tanto instintos egoístas, que são naturalmente conflitivos (exatamente o contrário do que se propalava), e instintos sociais, que conciliam interesses próprios com o interesse do outro. No segundo, estaria a fundação moral da sociedade. A consequência da confusão dos dois instintos significou o reforço a uma psicologia reducionista da natureza humana e a idéia de que existiria uma impossibilidade na obra do autor de conciliar o sentimento moral altruísta (a simpatia) com o egoísmo (Bertrand, 1993).⁸

Finalmente, no último quartel do século XIX, um outro autor tenta provar a ruptura no pensamento de Adam Smith. Skarzynski (1878), conforme

Bertrand (1993), defende o conhecido argumento da influência do materialismo francês durante a estadia de Smith na França. Seu argumento deixa transparecer um frágil Adam Smith, que sairia da influência da ética do mestre Huchteson para se deixar influenciar pelo racionalismo francês de Helvetius.⁹ Skarzynski desenvolve uma idéia que se tornou depois bastante difundida, que é de tratar a moral e a economia como dois universos isolados e independentes. Ele funda seu argumento em Buckle (1861), que afirma que Smith conseguiu elevar a filosofia escocesa ao *rank* de ciência porque aplicou nela o método dedutivo-geométrico, isolando elementos. Seria possível isolar o egoísmo da simpatia e com isso tratar separadamente os dois universos (Raphael, D. D. e Macfie, 1976; Bertrand, 1993).

No século XX, entre os autores que defendem uma divergência irreconciliável entre as duas obras está Jacob Viner, que publica, em 1927, o seu texto já considerado clássico *Adam Smith e o laissez-faire*, republicado inúmeras vezes. O autor usa o argumento de que na TSM existe uma ordem harmoniosa da natureza concebida e guiada por um Deus bom, enquanto que na RN o que Adam Smith observa são imperfeições baseadas na coleta de dados acumulados mediante a observação da realidade. “Na sua obra anterior (TSM), Smith foi um filósofo puramente especulativo [...] na RN, Smith usou uma rica coleta de dados [...] e toda vez que surgiu um conflito grave entre sua generalização e seus dados, Smith abandonou a generalização” (Viner, 1971: 332-333). A *Riqueza das nações*, para Viner, significa realismo em última análise, expresso em superação, ruptura com o pensamento metafísico da TSM. O filósofo/teólogo assume a função de economista/realista.

O ponto de Skarzynski e Viner, de que existem dois domínios separados — o primeiro, o da simpatia na esfera moral, e o segundo, o dos interesses, na esfera econômica, este último não devendo nada à simpatia — será retomado em duas teses importantes da literatura contemporânea, ambas publicadas em 1977. A primeira é a de Louis Dumont no seu clássico *L’Homo Aequalis*, em que defende a conhecida tese de que a economia, para se constituir numa ciência autônoma, se emanciparia primeiro da política, depois da moral. Este caminho de emancipação seria o mesmo caminho que leva Adam Smith a passar de filósofo a economista. A segunda tese vem de Albert Hirschman, um americano crítico da ortodoxia e defensor da economia como uma ciência moral (mas não para Adam Smith) que elabora uma

arqueologia da noção de interesse nas suas múltiplas formas, desde o interesse privado, que aparece confundido com interesse nacional, passando pelo desejo de poder, até chegar ao interesse do ganho material. Esse interesse, paixão calma e previsível, é alçado a remédio contra as paixões destrutivas e veículo da paz. Em ambos, existe a idéia de que a economia, para se autonomizar, se separa da moral e da política. O preço dessa autonomização é o reducionismo da economia e do indivíduo, que será o elemento central da crítica visceral que Dupuy fará a esses dois autores, como veremos mais adiante.

Uma das leituras mais fortes da redução da obra Smith e, portanto, da elegia à *Riqueza* como a contribuição teórica que encerra isoladamente toda a herança de Adam Smith é, sem sombra de dúvida, a leitura canonizada pelos neoclássicos. Os economistas que partilham dessa leitura da obra, regra geral, passaram ao largo do debate em torno do *problema Adam Smith*. Suponho que ou não tinham interesse claro na disputa de interpretação da obra de Adam Smith ou porque como teóricos interessava-lhes afirmar a autonomia da economia em face de qualquer injunção considerada externa como valores, normas, moralidade e instituições. Nessa leitura, a mão invisível de Smith é lida como operador técnico que compatibiliza automaticamente demandas e ofertas e seu único e grande legado. Ela se identifica com uma visão linear, progressiva e cumulativa da história do pensamento econômico que tem a solução de Adam Smith como o embrião literário do modelo canônico walrasiano (Fry, 1992). Retomaremos esse ponto na seção 3 deste trabalho.

2.2 Segunda tese: unidade

Para os estudiosos de Smith, o consenso sobre a importância e a unidade inequívoca da sua obra existe e se difunde cada vez mais. O interesse crescente pela TSM, particularmente na última década, se observa pelas suas inúmeras traduções e reedições nas mais variadas línguas. Em defesa da unidade da obra podemos definir três momentos históricos. O primeiro, por volta de 1890, é considerado a primeira reação à escola histórica; o segundo, com o trabalho germinal de Morrow; e o terceiro, contemporaneamente marcado pela contribuição de vários autores, dentre os quais destaco Jean Pierre Dupuy.

A primeira reação à ruptura aparece sob a forma do testemunho de fatos, descobertas de obras e declarações do autor. Senão, vejamos: (i) Inicialmente, por volta de 1890, é demonstrado por quatro autores¹⁰ que teríamos, ao invés de ruptura, a unidade da obra. Baseando-se na publicação de *Lectures on jurisprudence*, é veiculado o argumento de que, antes mesmo de sua partida para a França, Adam Smith já havia formulado as bases teóricas da RN e que teria feito uma relação entre as duas obras, a partir da idéia de uma ação econômica que tinha sua fonte na paixão do *amor-próprio*. (ii) Na declaração dos dois biógrafos oficiais de Adam Smith, que afirmaram não ter havido mudança de opinião do autor, além do fato de este ter declarado que considerava a TSM sua obra mais importante.¹¹ Soma-se a essas evidências o fato de que Adam Smith reeditou seis vezes a TSM, a última no ano de sua morte, após a RN. (iii) Nos seus últimos escritos, Adam Smith concebeu sua obra como algo unificado e, em 1790, no prefácio à sexta edição, colocara como se arrependia de não ter conseguido completar a tarefa que se propusera em 1759, desenvolvendo a jurisprudência, tarefa iniciada na TSM (Smith, 1997; Bertrand, 1993; Raphael e Macfie, 1976).

O segundo momento de defesa da unidade sairá dos argumentos fatuais para se concentrar na noção de simpatia, considerada já naquela época o conceito morfogenético da TSM. Depois desse primeiro momento em defesa da unidade, Morrow publica, em 1924, *The Ethical and Economic Theories of Adam Smith: a study in the social philosophy of the eighteenth century e The Significance of the Sympathy in Hume and Adam Smith*. A escola histórica havia defendido que o domínio ético e o domínio econômico seriam mutuamente excludentes. Glenn Morrow demonstra que o auto-interesse (*self-interest*) pode ser definido como virtude moral, unindo os dois mundos. A visão de Adam Smith, na TSM, supõe o indivíduo como participante de um jogo de olhares recíprocos, uma comunicação de sentimentos, da qual se poderiam extrair os fundamentos de sua teoria moral. Para Adam Smith, a consciência individual seria sempre incompleta, constituindo-se a partir do olhar do outro. No domínio moral, a harmonia se funda sobre o princípio operador da simpatia, e tanto o egoísmo como a simpatia estariam articulados sobre a base do mesmo operador moral. Além disso, Morrow critica a leitura fisiocrática da obra de Adam Smith. Para Smith, o que é natural é estar afinado com a natureza humana e, em última análise, com os senti-

mentos humanos, estes sim chamados a fornecer os fundamentos de uma ciência do homem. E foi exatamente este o seu propósito ao escrever a *Teoria dos sentimentos* antes de pensar a ordem econômica na *Riqueza*.

O terceiro momento trata da versão contemporânea da unidade da obra, em que é possível observar, com contornos cada vez mais claros, a polêmica até então meio velada em torno dos fundamentos da economia e da autonomização da economia. A maior parte dos autores, entre eles Raphael e Macfie (1976), compartilham da opinião, hoje considerada consensual, de que a obra não exprime nem contradição nem ruptura. São inúmeros os enfoques sobre as possibilidades de união entre as duas obras. Heilbroner (1982), por exemplo, recupera a idéia de Macfie de que o homem econômico da RN é o prudente homem da TSM. Ele tentará demonstrar esta mesma natureza do homem, trilhando as duas obras e lendo-as como uma demonstração de Adam Smith sobre o processo de socialização do homem. Smith partiria do homem primitivo no início da TSM e chegaria ao homem socializado exposto ao olhar do outro no final da TSM e também no início da RN. Assim temos um ponto de passagem entre as duas obras e uma demonstração da união entre elas.

Embora o argumento apresentado por Heilbroner seja interessante para recuperar o sentido unitário da obra, não considero este o melhor caminho a seguir. Sou da opinião que a idéia importada da sociologia de entender a ordem social como espaço teatralizado tornou-se muito mais profícua no tempo, enriquecendo o debate e iluminando a obra em campos até então pouco explorados. O primeiro a utilizar esta idéia para compreender a TSM foi o professor de literatura de Yale, Marshall, em 1984, com seu texto *Adam Smith and Theatricality of Moral Sentiments*. Neste trabalho, ele retoma a idéia do teatro para o entendimento da ordem social. No ato teatral cada participante é um duplo: ator e espectador, ou espetáculo e espectador. Toda a TSM torna-se palco para que a angústia das pessoas se manifeste quando estas são colocadas sob o olhar do outro no palco: elas provocarão simpatia, elas serão aprovadas? O reconhecimento moral é chamado para o centro da questão e permite mostrar a incompletude do homem, sua não-auto-suficiência, sua necessidade infinita do outro. Esta idéia será retomada primeiro por Dupuy (1992), depois por Todorov (1996), Justman (1993) e Brown (1997b), entre outros. Escolho, no entanto, pelo pioneirismo, acui-

dade crítica e riqueza de argumentos, J. P. Dupuy para representar o atual momento em torno da defesa da unidade da obra.

Jean Pierre Dupuy retoma os trabalhos de Morrow (1924) e Marshall (1984), no quadro do debate das idéias dos últimos vinte anos. A importância do seu trabalho reside, a meu juízo, numa dupla contribuição: a construção clara do argumento e a crítica visceral que faz às teses reducionistas de Louis Dumont e Albert Hirschman, dois monstros sagrados da literatura crítica. Cito uma frase elucidativa de Dupuy, referindo-se aos dois: “Esta idéia da economia como redução, delimitando seu domínio próprio, é cega da verdadeira contribuição de Adam Smith” (Dupuy, 1992). Sua crítica atinge, no entanto, não apenas os dois iconoclastas do pensamento contemporâneo, mas também os neoclássicos. Estes últimos, além de reduzirem a obra de Adam Smith, apropriam-se dela, tentando traduzi-la aos seus próprios termos. Para Dupuy, todo equívoco de interpretação desses autores surge da armadilha ditada pela busca de autonomia da ciência. Isto é, a economia só poderia se constituir como disciplina autônoma reduzindo-se. Retomaremos este ponto.

O autor de *Le Sacrifice et l'envie* parte da noção de simpatia na TSM para chegar ao interesse na RN. Serei fiel aos seus argumentos, mas farei o movimento inverso de sua exposição, partindo do interesse privado, conceito que liga, via o amor-próprio, as duas obras, para depois tratar a simpatia como conceito morfogenético da TSM.

Dupuy retoma a discussão em torno da natureza do interesse privado da velha escola histórica alemã. O interesse privado presente nas duas obras e repetidamente explorado na RN permitiria duas leituras. A primeira, reducionista, identificaria o interesse privado ao *self-interest*. Nesta perspectiva, o indivíduo seria caracteristicamente autocentrado, isolado, auto-suficiente, fechado em si mesmo e poderia perfeitamente ser traduzido pela noção do homem econômico racional da tradição neoclássica. A segunda perspectiva, que Dupuy retoma de Morrow e da tradição unitária da obra, teria o amor-próprio (*self-love*) como traço central.¹² O amor-próprio, eixo do interesse, retiraria toda a sua substância do reconhecimento do outro. Ele seria necessariamente mediado pelo outro. Ao necessitar visceralmente da aprovação do outro, o sujeito smithiano se abriria incondicionalmente e reafirmaria ontologicamente sua substancial incompletude.¹³

Para compreender melhor este ponto, sublinho aqui quatro interlocuções que Smith faz e que Dupuy, indiretamente, deixa transparecer no seu argumento. A primeira é com o cristianismo, a segunda com Hume, a terceira com Rousseau¹⁴ e a quarta com a filosofia empirista. Com o cristianismo, Adam Smith teria invertido a máxima cristã *ama ao próximo como a ti mesmo* para o que é o segundo preceito, ou seja, *ama a ti mesmo como tu amas ao teu próximo*. De Hume, Adam Smith teria recuperado a idéia de que “os espíritos dos homens são espelhos uns dos outros” introduzindo a idéia do *homo mimeticus*, muito mais próximo do sujeito smithiano do que o caricatural *homo œconomicus*. Finalmente, o teatro, trabalhado primeiro por Morrow, se prestaria a palco dessa ordem social. Transmutando papéis, o ator/espectador interiorizaria normas que emergem da experiência. Ao mostrar que as normas não são transcendentais, Adam Smith teria reafirmado sua filiação à filosofia empirista. Nada a dever à razão cartesiana. Para concluir este ponto, retomemos mais uma vez a bela e elucidativa frase do filósofo: “Cada característica de um ser humano é a medida com a qual se julga a mesma característica do outro, eu avalio sua visão pela minha, sua razão pela minha razão, seu ódio pelo meu ódio, seu ressentimento pelo meu ressentimento, seu amor segundo o meu amor. Não tenho e não posso ter outra forma de julgá-los” (Smith, 1997: 66).

Recuperando a simpatia, ponto central da TSM, Dupuy elimina todas as interpretações equivocadas em torno dessa noção, sendo a maior delas a de confundir-la com benevolência.¹⁵ Embora a simpatia venha diretamente associada ao sentimento de compartilhar, de se condoer, Dupuy sublinha o julgamento da aprovação, centro propulsor da noção. O desejo imperioso de ser aprovado daria substância ao *amor-próprio*, que seria na verdade uma modalidade reflexa da simpatia, tornando-o indissociável dela e estabelecendo uma relação nítida entre as duas obras. A simpatia reflexiva seria a idéia de que simpatizamos com nós mesmos na exata medida em que os outros simpatizam conosco. Ou amamo-nos na exata medida em que os outros nos amam. O amor-próprio controla as paixões de forma a ganhar a simpatia do espectador imparcial, esse regulador ético alçado a estabilizar as relações numa sociedade hierarquizada. No lugar de fundar a dinâmica social da ordem social no conflito, Dupuy identifica uma aproximação de Smith com Veblen e funda a estabilidade da ordem nas regras morais, em

especial na simpatia. Nos seus termos, “longe de fundar a dinâmica social sobre um princípio de diferenciação, esses dois autores dão conta da estabilidade das relações sociais pelo princípio do acordo e pelo desejo de semelhança: a simpatia” (Dupuy, 1992b: 161). Mas sua visão de simpatia, embora descarte o conflito, não é idílica. Dupuy recupera a visão ácida de Smith sobre a degradação dos sentimentos morais. Na análise dessa sociedade hierarquizada, a simpatia pode conter a inveja, e o amor-próprio pode conter ambos: inveja e simpatia. No desejo de se ter o que os outros têm, verifica-se a manifestação ambivalente de inveja e simpatia. Essas paixões coabitam com o amor-próprio, e seria exatamente a combinação de inveja, simpatia e amor-próprio o principal ingrediente da permanência da ordem. O interesse lastreado pelo amor-próprio fecharia o circuito. Não é sem fundamento que Dupuy pode ser incisivo quando afirma que Adam Smith convoca toda a sua teoria moral e social para a elaboração do modelo da mão invisível.

A partir da visão dos teóricos da unidade e da análise de Dupuy¹⁶ farei alguns comentários, revisitando a frase mais conhecida de Adam Smith: “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que devemos esperar nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse.” A frase é considerada como auto-explicativa. De uma só feita, o interesse aparece afirmativamente, e a simpatia, confundida com a benevolência, assume uma forma negativa e descartável. Tendo a moral como superada, o filósofo daria lugar ao economista e os fundamentos de uma disciplina autônoma finalmente seriam definidos. Voltemos, no entanto, ao texto e observemos o que vem a seguir. “Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima (amor-próprio) e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles” (Smith, 1982, livro I, cap. II). A seqüência deste parágrafo, tão infinitamente citado pelos defensores da ruptura da obra ou de uma possível superação, não mostra apenas a noção de interesse privado associada claramente à noção de amor-próprio, como também a articula claramente a uma moralidade. Adiciono uma frase de Adam Smith na TSM para percebermos melhor a ponte entre as duas obras: “É porque os homens são inclinados a manifestar simpatia pelas nossas alegrias e não pelas nossas aflições (aflição-necessidade) que nós dissimulamos nossa pobreza e sublinhamos nossas riquezas (vantagens-riqueza)” (Smith, 1997: 123). Aqui fica evidenciado não apenas

o desafio de Adam Smith em tentar dar conta da gênese de uma sociedade hierarquizada, evidenciando que “o rico faz glória de suas riquezas e o pobre tem vergonha e dissimula sua pobreza”, mas também a revelação de que a aprovação, elemento constitutivo do amor-próprio, estaria ligada a determinadas normas morais da sociedade liberal nascente.¹⁷

3. O AUTOR, A OBRA E O NASCIMENTO DA ECONOMIA: A RECONCILIAÇÃO INEVITÁVEL COM A FILOSOFIA

Por mais egoísta que seja o homem, existem na sua natureza princípios que o fazem se interessar pela sorte do outro.

Adam Smith, TSM

A partir da história das idéias e do debate em torno de *Das Adam Smith Problem*, podemos agrupar os autores em duas interpretações sobre Adam Smith, sua obra e os termos do nascimento da economia.

A primeira interpretação¹⁸ pode ser clarificada a partir de um tratamento “evolutivo” sobre a obra e o autor. Em relação aos fundamentos da economia, encontramos algumas variações entre esses autores. Os argumentos vão desde os que defendem claramente a ruptura da obra de Adam Smith e a passagem/superação do filósofo ao economista, até aqueles que constroem seus argumentos através da preocupação em demonstrar que existe um processo na história das idéias que forneceu as condições metodológicas de autonomização da economia. No entanto, o que os une é a busca dos fundamentos da economia e uma perseguição dos seus contornos disciplinares. Levada a extremo, esta leitura significa, em última análise, que: (i) todo o debate da modernidade serve apenas para mostrar que a economia persegue fundamentos que lhe permitirão entrar no quadro das ciências, separando-a do príncipe e depois da moralidade; (ii) a TSM se vê transformada em delírio da filosofia moral ou ritual de passagem do jovem e romântico filósofo para o maduro economista da RN; (iii) ocorreria uma ruptura ou mudança de enfoque entre as duas obras, a segunda expressando superação ou redenção da primeira; (iv) o sujeito smithiano é visto como um prelúdio do homem econômico racional; (v) finalmente, toda a teoria de Adam Smith estaria representada na *Riqueza*, considerada como esboço

da explicação acabada dos neoclássicos. Essa leitura definiu como grande legado a mão invisível transformada em operador técnico. Um século depois, a teoria neoclássica retomará e traduzirá nos seus próprios termos esta questão. Neste sentido, Walras e seu modelo canônico se constituirá no tratamento teórico rigoroso, posto que oferece uma solução lógico-matemática para a explicação da ordem social de Adam Smith (Ganem, 1996).¹⁹

Nessa interpretação da obra de Adam Smith, o interesse se traduz em auto-interesse e princípio explicativo minimal para esta ciência espelhada na física. A idéia da mão invisível como um operador social se dilui e se traduz num mecanismo automático. O mercado se distancia da idéia de ser uma teoria do social, esta tornando-se uma pálida referência destituída de seu conteúdo propulsor. Ao invés de ocorrer uma ascensão do econômico ao social (Rosanvallon, 1979), o que se observa é uma redução do social ao domínio agora recortado do econômico. Finalmente, a solução metodológica colocada no centro temático apaga toda tensão existente entre uma questão posta, que lhe é maior porque é do domínio da filosofia, e o recorte necessário para criar o fundamento para a ciência.

Se a questão veio ou não da filosofia já não tem mais a menor importância. Ela teria sido absorvida sem tensões pela economia, como se a ela pertencesse. Esta leitura da obra dos marcos do nascimento da economia e da solução de Adam Smith pode ser muito coerente e apresentar argumentos acumulados e desenvolvidos, mas é fundamentalmente pobre e reducionista da real contribuição desse autor, cuja obra tem sido um livro aberto para constantes e múltiplas questões. Entre elas, destaco a sua própria contribuição sobre a natureza do fenômeno econômico, as tensões não resolvidas com relação à política e à moral e os múltiplos rumos que sua matriz teórica gerou para a história do pensamento econômico.

Uma segunda leitura alternativa sobre a obra, o autor e o nascimento da economia mostrou-se, no entanto, possível. Ela foi desenvolvida nos dois movimentos anteriores desse trabalho, buscando seus argumentos e acolhida não apenas no rico debate da modernidade, tratado como foco propulsor da solução de Adam Smith, como na irreverência incontinente dos inúmeros estudiosos que, espalhados no tempo e no espaço, não aceitaram essa leitura empobrecida e reducionista do autor, da obra e da economia. O eixo argumentativo do texto se fez na exploração da tensão existente no duplo desafio

de Adam Smith, qual seja, *encontrar uma solução para uma questão do pensamento filosófico alicerçado no campo disciplinar da economia*. Esta opção metodológica permitiu explorar o difícil convívio entre uma questão desafiadora que lhe é maior, porque parte das grandes indagações da filosofia na história das idéias da humanidade, e a busca de um fundamento econômico para a explicação da ordem social. Ou ainda, compreender as tensões produzidas pelo desejo de recorte disciplinar e uma explicação da ordem social que desafia a resposta da filosofia política dos séculos XVII e XVIII.

E foi tendo em vista essa peculiar tensão que múltiplas questões puderam e podem ser continuamente recolocadas, como por exemplo: o que significa fornecer uma explicação para a emergência de uma ordem social? O que significa afirmar que o mercado para Adam Smith é uma teoria da sociedade? Foi possível explicar a emergência da ordem social liberal, alicerçada em fundamentos puramente econômicos? Ou ainda: Adam Smith consegue recortar o domínio da economia e fazê-la nascer livre da moral e da política? O que significa afirmar que a economia nasceu sob a égide de um filósofo moral?

Retomo o eixo do argumento e, através desse foco tensional, recolho os argumentos levantados e explorados ao longo do trabalho que devolvem à filosofia o autor, sua obra e a própria economia:

- A solução de Adam Smith só pode ser compreendida na sua real extensão se levarmos em conta não apenas a complexidade de um processo que teve berço na *filosofia política e moral* dos séculos XVII e XVIII, mas também o diálogo, a assimilação e o conflito que Adam Smith estabeleceu com esse quadro de idéias. Aí sim, o resultado pode ser entendido como a palavra final desse processo ou a melhor explicação para a inteligibilidade da ordem social.
- A competência e a *natureza filosófica do autor* são inequívocas e estão manifestas na *Teoria dos sentimentos morais*. Esta obra é um tratado filosófico e moral que o tempo e o debate provaram que não pode ser descartado. A *Teoria* não é nem obra do delírio nem da imaturidade do autor: o filósofo não se transfigura em economista. A economia nasce sob a paternidade de um filósofo moral. Dentro dessa perspectiva não é possível, portanto, compreender a obra sem aceitar a sua *unidade*. Isto significa iluminar a *Riqueza* com os escritos filosóficos da *Teoria* e

entender a relação entre as duas obras. Na explicação da ordem social, a TSM funciona como obra tão importante quanto a RN, não sendo portanto a ela redutível.

- A noção de *interesse privado não se esgota no auto-interesse* e carrega consigo a moralidade subjacente à noção de amor-próprio. O amor-próprio, eixo do interesse, é uma paixão que retira sua substância do reconhecimento do outro. Ao necessitar visceralmente da aprovação do outro, o sujeito smithiano reafirma ontologicamente sua substancial incompletude. O sujeito smithiano, como um ser incompleto, está muito mais próximo do *homo mimeticus*, e não pode, portanto, ser entendido como prelúdio do homem econômico racional.
- A mão invisível é mais do que um operador técnico, ela é um operador social e a idéia de mercado de Adam Smith se constitui numa *teoria da sociedade*, numa explicação da lógica dos fenômenos coletivos. Ela é, em última análise, a própria explicação da emergência da ordem social liberal.
- Finalmente, o nascimento da economia em Adam Smith *não se faz rompendo com a moralidade*. Isto significa que ele deixou clara a tensão e a situação paradoxal para seus herdeiros: a autonomia da economia só poderá ser realizada com reduções. Se posteriormente outros teóricos reduzirão a economia, isto é uma outra história. Adam Smith, seguramente, não o fez.

NOTAS

1. A noção de mão invisível traduz, segundo a opinião de alguns, a presença de Deus e revela a herança teológica escocesa na obra de Smith. Adianto que, embora seja possível recuperar a herança teológica e fazer uma leitura da mão invisível associada ao divino — ver, a propósito, Evensky (1998); Martin (1990) —, entretanto, compartilho da idéia de que Adam Smith utilizou-a como metáfora, como recurso para fornecer inteligibilidade à regularidade do fenômeno econômico. Para uma versão contemporânea desta perspectiva, ver Pack (1995). Para uma visão das múltiplas noções de mão invisível na obra de Adam Smith, ver Ahmad (1990). Para uma visão da mão invisível como mecanismo automático e maior legado de Adam Smith, ver Tobin (1992).
2. “A ruptura do cosmo ordenado e hierarquizado aristotélico, através das teses galileanas, significa não apenas a expulsão dos anjos do céu, mas o descortinar de um longo caminho que o homem solitário necessariamente terá que enfrentar para desvelar o mundo [...] Através de inúmeras rupturas — matéria/espírito, natureza/homem, razão/sentidos, sujeito/objeto — a ciência se afirmará como o locus da verdade, e a racionalidade

- científica moderna expressará uma nova e revolucionária estrutura de produção de verdade sobre o homem, a natureza e o conhecimento” (Ganem, 1998: 269).
3. É neste sentido que Leo Strauss analisa a contribuição de Hobbes para a filosofia política e do direito. Antes de qualquer forma de governo, o Estado fruto do pacto é um garantidor dos direitos à vida e o fato moral essencial na solução hobbesiana não é um dever, mas um direito. “Se o liberalismo é a doutrina política cujo eixo fundamental são os direitos naturais do homem por oposição aos seus deveres e se a missão do Estado consiste em proteger estes direitos, então o fundador do liberalismo é Hobbes” (Strauss, 1986: 166).
 4. São inúmeros os autores que consideram que a contribuição de Adam Smith constituiu-se numa análise que não esconde a natureza conflitiva da ordem liberal e discorre sobre a sua preocupação com a justiça. Outros ainda mostram que a justiça seria a virtude fundamental da TSM, sendo também a chave para o entendimento da explicação do desenvolvimento econômico na *Riqueza*. Entre eles cito: Thevenot (1991), Defalvard (1995), Salter (1994) e Johnson (1990).
 5. Mandeville, para muitos, é entendido como o autor que, com sua fina ironia, foi um ácido crítico do capitalismo antes do seu triunfo. Ver, a propósito, Hirshman (1977) e Blom (1997).
 6. Talvez seja esta a razão pela qual Adam Smith não polemiza com Hume e sim com Hutcheson na TSM. Após tecer considerações sobre as várias formas de virtude, dialogando com Platão, Aristóteles e Epicuro, os dois primeiros porque associam a idéia de virtude à correção e o último porque a identifica à prudência, ele centra sua crítica na idéia de virtude como benevolência de Hutcheson, a qual considerava excludente. Vemos aí importantes passagens que mostram que Adam Smith, além de dialogar com competência com os monstros sagrados da filosofia, deixa clara uma questão nevrálgica para ele: o amor-próprio não está sob a égide do egoísmo e deve ser recuperado como virtude. Ver, a propósito, TSM (Smith, 1997: 471-570).
 7. Sobre os múltiplos aspectos da obra de Smith, que têm se mostrado inesgotáveis no tempo, consultar o excelente *survey* de Brown (1997b).
 8. Existiriam dois instintos na natureza humana: o *selbstlieb* é um comportamento de conservação compatível com o amor ao próximo e o *selbstsucht* seria fundamentalmente conflitivo. Knies acusa Adam Smith de ter confundido o *selbstsucht* com o interesse privado e assim ter ignorado o *selbstlieb*, fonte da moral. Ver Bertrand (1993).
 9. Conhecida e elucidativa a frase de Helvetius: “Assim como o mundo físico é regido pelas leis do movimento, o universo moral é regido pelas leis do interesse”. Citada por Hirshman (1977: 45).
 10. Entre os autores, Richard Zeys (1889), Paszkowski’s (1890), Hasbach (1891) e Delatour (1896). Para maiores detalhes, consultar Raphael e Macfie (1976) e Bertrand (1993).
 11. Consultar a esse propósito a obra do biógrafo contemporâneo de Adam Smith, Dugald Stewart, intitulada, na versão espanhola, “Relación de la vida e escritos de Adam

- Smith”, em *Ensayos filosóficos*, Pirâmide, Madrid, 1998. Consultar também o trabalho biográfico de Ian Simpson Ross, *Adam Smith: uma biografia*, Record, 1999.
12. Em defesa da idéia do amor-próprio como conceito-chave presente nas duas obras, ver Campbell (1971) e Coase (1976).
 13. Adam Smith rompe com a noção de amor-próprio ligada fundamentalmente ao egoísmo e a compreende como algo ligado a um julgamento (aprovação). Ao dialogar com Hutcheson, criticando-o, Adam Smith escreve na TSM: “Hutcheson estava distante da idéia de que o amor-próprio pudesse ser virtuoso e que o prazer da auto-aprovação, o aplauso reconfortante de nossas próprias consciências, rebaixava o mérito de uma ação benevolente” (Smith, 1997: 529). Sobre as relações entre prudência e benevolência, ver Clark (1992).
 14. A interlocução que Dupuy estabelece de Smith com Rousseau é via o teatro. No entanto, é interessante frisar que Rousseau influenciou Adam Smith com o seu Tratado da Desigualdade. Simpson Ross, nos *Ensaio filosóficos*, recolhe algumas palavras de Smith sobre Rousseau que expressam sua comunhão com a visão rousseauiana sobre desigualdade e justiça: “Aquelas leis da justiça que mantêm a presente desigualdade entre a humanidade são, originalmente, invenções dos astutos e dos poderosos para manter ou adquirir uma superioridade artificial e injusta sobre o resto de seus semelhantes” (Ross, 1999: 238).
 15. Dupuy tece uma cuidadosa análise sobre a simpatia, colocando nos devidos termos importantes elementos do conceito: simpatia não é benevolência, simpatia supõe a imaginação, simpatia não é contágio. Esclarecida a lógica da simpatia, o autor expõe a sua ambivalência abrindo para o entendimento de que existiria uma combinação de amor-próprio com a inveja, ingredientes da permanência da ordem social. A simpatia conteria a inveja nos dois sentidos do verbo conter (Dupuy, 1992b: 158).
 16. Em artigo intitulado “Economia e filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith”, apresento uma possibilidade de articulação entre as duas obras, explorando, entre outros, o conceito de adequação (*propriety*) presente na *Teoria* (Ganem, 1999).
 17. Só a título de elucidação da crítica que Adam Smith faz ao longo da TSM à degradação da moralidade na sociedade, cito: “Esta disposição a admirar e quase idolatrar aos ricos e poderosos e a depreciar os pobres é a causa da corrupção de nossos sentimentos morais” (Smith, 1997: 138).
 18. Poderíamos englobar nessa primeira leitura não apenas Dumont e Hirschman, como também os que defendem a ruptura no debate em torno de *Das Adam Smith Problem*, além de grande parte da historiografia do pensamento econômico que tendeu, até há pouco tempo, a desconsiderar a TSM. No entanto, para os mais estudiosos da obra do autor, o consenso sobre a importância e a unidade inequívoca da obra existe e se difunde cada vez mais. O interesse crescente pela TSM, particularmente na última década, se observa pelas inúmeras traduções e reedições da obra nas mais variadas línguas.
 19. Dois pontos teóricos aqui merecem destaque: (i) a ambição dos grandes teóricos do mercado, entre eles Smith e Walras, por exemplo, de compreender o mercado como ordem social ou como lógica para a explicação dos fenômenos sociais coletivos; (ii) a li-

na de continuidade que foi explorada pelos próprios neoclássicos — entre a solução da ordem smithiana e o desígnio lógico-matemático de Walras — de demonstrar que a ordem do mercado existe, é estável e ótima, via sua Teoria do Equilíbrio Geral, vendo, portanto, a solução smithiana como um esboço do modelo canônico walrasiano. Ver, a propósito, a crítica superficial e equivocada que Lisboa (1997) faz ao texto da autora (Ganem, 1996), atribuindo a esse ponto de vista teórico uma perspectiva retórico-ideológica. Sugiuro, para esclarecimento dos pontos teóricos levantados, recorrer à própria tradição neowalrasiana e consultar o já clássico *Analyse General Competitive*, de Arrow e Hahn, em que fica claro que até a leitura neowalrasiana de Adam Smith admite que o autor “*forneceu a contribuição mais importante ao pensamento econômico no entendimento geral dos processos sociais*” (grifo nosso). Esses autores tratam, por um lado, a solução smithiana como uma referência teórica para a explicação da emergência da ordem social do mercado, um prelúdio à Teoria do Equilíbrio Geral. Por outro lado, reafirmam a visão canonizada pelos neoclássicos de que a solução smithiana, embora matriz, foi limitada — porque literária — e que, portanto, mereceria um fino acabamento lógico-demonstrativo. Nos seus termos, “Adam Smith foi o criador da teoria do equilíbrio geral, ainda que se possa colocar em dúvida a coerência e a consistência do seu trabalho” (Arrow/Hahn, 1972: 14).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHMAD, S. (1990) “Adam Smith’s four invisible hands”. In: *History of Political Economy*, v. 22, n. 10, p. 137-144.
- ARROW, K., HANN, S. (1971) *General Competitive Analyses*. São Francisco: Holden Day.
- BERTRAND, P. (1993) “Histoire d’une question: Das Adam Smith Problem”. In: *Journée d’Etudes de l’Association Charles Gide pour l’Étude de la Pensée Economique*, Paris.
- BIANCHI, A. M. (1987) *A pré-história da economia: de Maquiavel a Adam Smith*. São Paulo: Hucitec.
- BLOM, H. (1997) “Dii Laborius Omnia Vendunt; Las cosas y la socialización en la estética y la teoría del valor de Adam Smith”. In: *Anales de las III Jornadas de Epistemología de las Ciencias Económicas*, Universidade de Buenos Aires.
- BROWN, V. (1997a) “Dialogism, the gaze and the emergence of economic discourse”. In: *New Literary History*, n. 27, Forthcoming.
- . (1997b) “Mere inventions of the imagination; a survey of recent literature on Adam Smith”. In: *Economy and Philosophy*, n. 13, p. 281-312.
- CAMPBELL, T. D. (1971) *Adam Smith’s Science of Morals*. Londres: George Allen & Unwin.
- CLARK, H. (1992) “Conversation and moderate virtue in Adam Smith’s theory of moral sentiments”. In: *The Review of Politics*, n. 54, p. 185-210.
- COASE, R. H. (1976) “Adam Smith’s view of man”. In: *Journal of Law and Economics*, n. 19, p. 529-546.
- DEFALVARD, H. (1995) *Essai sur le marché*. Paris: Syros.

- DUMONT, L. (1977) *Homo Aequalis: genèse et épanouissement de l'idéologie économique*. Paris: Gallimard.
- DUPUY, J. P. (1992a) *Le Sacrifice et l'envie: Le libéralisme aux prises de la Justice*. Paris: Calmann-Levy.
- _____. (1992b) *Introduction aux sciences sociales: logique de phénomènes collectifs*. Paris: Ellipses.
- EVENSKY, J. (1998) "Adam Smith's moral philosophy: the role of religion and its relationship to Philosophy and Ethics in the Evolution of Society". In: *History of Political Economy*, v. 30, n. 1, p. 17-41.
- FRY, M. (1992) *Adam Smith's Legacy: his place in the development of modern economics*. Londres e Nova York: Routledge.
- GANEM, A. (1988) "A teoria neoclássica: a face econômica da razão positiva". In: *Literatura Econômica*, IPEA, v. 11, n. 25.
- _____. (1993) *Théorie de l'équilibre général; le mythe d'un ordre rationnel*, cap. II: Hobbes. Tese de doutorado. Paris XIII: Nanterre Université.
- _____. (1996) "Demonstrar a ordem racional do mercado: considerações em torno de um projeto impossível". In: *Revista de Economia Política*, v. 16, n. 2 (62), p. 105-122.
- _____. (1999) "Economia e filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith". In: *Anais de las IV de Epistemología de las Ciencias Económicas*, Buenos Aires; *Anais do XXVII Encontro da ANPEC*, Belém, p. 617-629.
- HALÉVY, E. (1994) *La Formation du radicalisme philosophique*. Paris: PUF.
- HEILBRONER, R. (1982) "The socialization of the individual in Adam Smith". In: *History of Political Economy*, n. 14 (3), p. 427-439.
- HIRSCHMAN, A. (1977) *As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo*. São Paulo: Paz e Terra.
- HOBBS, T. (1983) *Léviathan*. Paris: Sirey.
- HUME, D. (1993) *Traité de la nature humaine*. Paris: GF Flammarion.
- JOHNSON, R. (1990) "Adam Smith's radical views on property, distributive justice and the market". In: *Review of Social Economy*, n. 48, p. 247-269.
- JUSTMAN, S. (1993) "Regarding others". In: *New Literary History*, n. 27, p. 83-93.
- LISBOA, M. (1997) "A miséria da crítica heterodoxa". In: *Revista de Economia Contemporânea*, UFRJ, n. 2.
- LOCKE, J. (1988) *Two Treatise on Government*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAQUIAVEL, N. (1976) *O príncipe*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MARTIN, D. (1990) "Economics as ideology: on making the invisible hand invisible". In: *Review of Social Economy*, n. 48, p. 272-287.
- MARSHALL, D. (1984) "Adam Smith and the theatrically of moral sentiments". In: *Critical Inquiry*, n. 10, p. 592-613.
- MORROW, G. (1924) "The significance of the sympathy in Hume and Adam Smith". In: *Philosophical Review*, n. 32.

- . (1969) *The Ethical and Economic Theory of Adam Smith*. Nova York: Longmans, Green and Co.
- PACK, S. (1995) “Theological and hence implications of Adam Smith”. In: *History of Political Economy*, n. 27 (2).
- RAPHAEL, D. D. (1975) “The impartial spectator”. In: A. Skinner e T. Wilson (org.), *Essays on Adam Smith*. Oxford: Clarendon Press.
- , MACFIE (1976) *Introduction of the Theory of Moral Sentiments*. Oxford: Clarendon Press.
- REDMAN, D. (1997) *Economic and the Philosophy of Science*. Oxford: Oxford University Press.
- ROSANVALLON, P. (1979) *Le Libéralisme Economique: histoire de l'idée de marché*. Paris: Éditions du Seuil.
- ROSS, I. S. (1999) *Adam Smith: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record.
- RUSSEL, N. (1986) “Spheres of intimacy and the Adam Smith Problem”. In: *Journal of History of Ideas*, v. 47, n. 4, p. 611-624.
- SALTER, J. (1994) “Smith on justice and distribution”. In: *Scotish Journal of Political Economy*, v. 41, n. 3, p. 299-313.
- SMITH, A. (1982) *A riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Abril Cultural.
- . (1996) *The Theory of Moral Sentiments*. Oxford: Clarendon Press.
- . (1997) *La teoría de los sentimientos morales I*. Alianza Editorial.
- . (1998) *Ensayos filosóficos*. Madri: Pirámide.
- STEWART, D. (1998) “Relación de la vida y escritos de Adam Smith”. In: *Ensayos filosóficos*. Madri: Pirámide.
- STRAUSS, L. (1986) *Droit naturel et histoire*. Paris: Plon.
- THEVENOT, L. (1991) “L’Entendement dans la Cité Marchande selon la Théorie des Sentiments Moraux”. In: *Le Marché chez Adam Smith*. Paris: L’Harmattan, p. 5-27.
- TOBIN, J. (1992) “The invisible hand in modern macroeconomics”. In: Fry, M. (org.), *Adam Smith’s Legacy*. Routledge.
- TODOROV, T. (1996) “Living alone together”. In: *New Literary History*, n. 27, p. 1-14.
- VIDONNE, P. (1986) *La Formation de la pensée économique*. Paris: Economica.
- VINER, J. (1971) “Adam Smith y o laissez-faire”. In: J. Spengler e W. Allen, *El pensamiento económico de Aristóteles a Marshall*. Madri: Tecnos.
- ZANINE, A. (1997) *Adam Smith: Economia, morale, diritto*. Milão: Scolastiche Bruno Mondadori.
- ZARKA, Y. (1982) *La Décision méthapsique de Hobbes: conditions de la politique*. Paris: PUF.